

O enigma Ibaneis

Jeferson Miola

24/04/2026

Ibaneis Rocha, ex-governador do DF, é um enigma indecifrável. Por qualquer ângulo que se examine a situação dele, é difícil acreditar que Ibaneis ainda não esteja preso; e, deboche: que ainda continue sendo candidato ao Senado da República.



Foto: Renato Alves/Agência Brasília – Wikipedia Commons

Durante seu segundo mandato no governo do DF, a capital da República foi balançada com pelo menos dois crimes gravíssimos que tiveram envolvimento direto de comandados seus:

[i] a participação ativa, por omissão e/ou facilitação, do seu Secretário de Segurança Pública Anderson Torres e do comando da Polícia Militar do DF na invasão e depredação das sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, no contexto da trama golpista, e

[ii] a participação bilionária do Banco de Brasília/BRB, do qual o governo do DF é acionista controlador, no esquema mafioso do Banco Master, de Daniel Vorcaro, naquele que é considerado o maior escândalo bancário-financeiro do Brasil.

Tanto o então secretário da segurança pública como os comandantes da PM/DF foram nomeados para os respectivos postos de comando por Ibaneis, que, como governador, tinha a competência privativa de “exercer o comando superior da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e promover seus oficiais” – inciso V do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que equivale à Constituição Distrital.

O bolsonarista Anderson Torres foi condenado e cumpre pena de 24 anos de prisão em regime fechado pela atuação na trama golpista, e cinco oficiais da alta cúpula da PM/DF designados por Ibaneis hoje cumprem pena de 16 anos de prisão em regime fechado e foram expulsos da corporação por omissão e envolvimento nos atos golpistas.

Por decisão do STF, Ibaneis chegou a ser afastado do cargo, mas retomou suas funções 90 dias depois. Ele deveria ter sido processado juntamente com seus comandados golpistas, em relação aos quais nunca deixou de manifestar solidariedade, mantendo-os nos cargos até recentemente, somente exonerando-os obrigado por

ordem judicial.

Também é da competência privativa do governador do DF, segundo a Lei Orgânica do DF, “nomear e destituir presidente de instituições financeiras controladas pelo Distrito Federal”, como o BRB, por exemplo [inciso XV do artigo 100], pois o Governo do DF é o acionista controlador do Banco.

O governador do DF, por isso, responde solidariamente com os administradores nomeados por ele por prejuízos, pela prática de atos lesivos, pela violação das normas do sistema financeiro, gestão temerária ou fraudulenta etc.

Paulo Henrique Costa, hoje preso, foi presidente do BRB desde a primeira hora do primeiro mandato de Ibaneis, em janeiro de 2019. Por vontade de Ibaneis, Paulo Henrique foi reconduzido à presidência do BRB sucessivamente desde então.

A última recondução, em janeiro de 2025, foi indeferida pelo Banco Central, por motivos não esclarecidos publicamente.

Diante da negativa, o governo Ibaneis requereu ao BC a reconsideração do indeferimento, no que foi atendido em 14 de maio de 2025, sem que se saiba se entre janeiro e maio daquele ano foram solucionadas as pendências técnicas e legais que haviam impedido a recondução de Paulo Henrique Costa quatro meses antes.

Ibaneis celebrou a recondução do seu comandado: “Certeza que estamos no caminho certo”!

Em março de 2025, antes da recondução de Paulo Henrique Costa, já era de conhecimento público o negócio ruinoso e fraudulento feito pelo BRB com o mafioso Daniel Vorcaro para a aquisição de 58% das ações do Banco Master – o “caminho certo” que Ibaneis traçou para o BRB.

Sobre a prisão de Paulo Henrique Costa, Ibaneis mostrou-se condoído: “Ninguém pode mensurar o que ele está passando. Não é hora de julgamentos”.

Definitivamente, Ibaneis é um enigma que desafia o sistema criminal brasileiro.

*Jeferson Miola é analista político.
Originalmente publicado em seu [blog](#).*

Compartilhe nas redes: